

**ESTUDOS SOCIAIS COMO ÁREA INTEGRADORA:
NOTAS PRELIMINARES SOBRE OS GINÁSIOS VOCACIONAIS (SÃO PAULO,
1961-1969)**

Yomara Feitosa Caetano de Oliveira Fagionato ¹

Resumo: A proposta deste texto é refletir sobre as prescrições da área de Estudos Sociais na experiência dos Ginásios Vocacionais. Em São Paulo estava em curso a renovação pedagógica na clave das classes experimentais incorporadas na Lei nº 4024 de dezembro de 1961, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta autorizou a experimentação educacional em nível nacional, auxiliando na consolidação da experiência do ensino vocacional, em nível estadual, via Decreto nº 38.643 de 27 de junho de 1961, o surgimento dos ginásios vocacionais. Ainda, sob a influência dos preceitos escolanovistas o Estudos Sociais se tornaram uma disciplina optativa sugerida pelo Conselho Federal de Educação para o secundário. Na cultura escolar dos vocacionais a área de Estudos Sociais foi prescrita e sua prática operacionalizada através de pesquisa e estudo dirigido ou supervisionado sobre as dimensões geográficas e históricas do meio social, sempre usando grupos de trabalho e os estudos do meio com os escolares para locais previamente definidos pela equipe. Em suma, os vocacionais emergem usando a área de Estudos Sociais com atribuição prescritiva de núcleo de integração das disciplinas-saber da História e Geografia. Uso o conceito de cultura escolar, conforme Dominique Julia (2001), para analisar um conjunto de prescrições que buscam definir conhecimentos a serem assimilados, e na esteira de Roger Chartier (1988) entendendo estes passíveis de serem apropriados pelos professores no decorrer do seu fazer educativo. Neste texto, analiso prescrições elaboradas pelo Serviço de Ensino Vocacional, órgão responsável pela coordenação pedagógica e administrativa desta experiência. Do recorte da pesquisa de doutoramento em curso, o texto utiliza-se de fontes, como: Relato de Estudos Sociais, Regimento Interno dos Ginásios e o Plano Pedagógico Administrativo.

Palavras-chave: Cultura Escolar. Ginásios Vocacionais. Estudos Sociais.

INTRODUÇÃO

Os Ginásios Vocacionais figuram como experiências do sistema de ensino secundário público renovado no Estado de São Paulo, contou com a implantação em 1961 de um órgão administrativo específico: Serviço de Ensino Vocacional (SEV). No ano seguinte

¹ Doutoranda em História do Tempo Presente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC). Integrante do Grupo de Pesquisa “Culturas Escolares, História e Tempo Presente” da UDESC, e do Laboratório de didática da FURB (Ladih). Trabalho ligado à pesquisa de doutorado vinculada ao Programa de pós-graduação de História do Tempo Presente em andamento (PPGH-UDESC), financiada pela CAPES. E-mail: yocaetano@hotmail.com

foram instalados os primeiros Ginásios Estaduais Vocacionais, um na capital de São Paulo (Ginásio Estadual Oswaldo Aranha), outro em Americana (Ginásio Estadual Vocacional João XXIII), e Batatais (Ginásio Estadual Vocacional Cândido Portinari); em 1963, na cidade Barretos (Ginásio Estadual Vocacional Embaixador Macedo Soares) e em Rio Claro (Ginásio Estadual Vocacional Chanceler Raul Fernandes); por fim, em 1968, na cidade de Caetano de Campos (Ginásio Estadual Vocacional de Vila Maria), ano em que foram implantados os cursos noturnos do ginásio e colegial no Vocacional Oswaldo Aranha, e o curso noturno no Ginásio de São Caetano do Sul. Os vocacionais foram fechados autoritariamente, e vários educadores presos diante deste recrudescimento do Estado ditatorial, em dezembro de 1969.

O ensino Vocacional se apropriou das experiências realizadas em classes secundárias experimentais (CSE),² especificamente ocorridas na cidade de Socorro (SP). O grupo de educadores dispostos a empreender um projeto não tradicional para o secundário sendo aliada ao fato das CSE usufruírem da autorização legal para a experimentação educacional motivou a consolidação do ensino vocacional. Portanto, em nível estadual foi oficializada via Decreto nº 38.643 de junho de 1961 (unindo ensino industrial e secundário) e meses depois adveio à autorização da experimentação educacional em nível nacional (Lei de nº 4024 de dezembro de 1961, Diretrizes e Bases da Educação Nacional), sendo os vocacionais vistos como desdobramento das classes secundárias experimentais (VIEIRA e DALLABRIDA, 2016).

Considerada líder dos vocacionais e figura central das CSE do Instituto Estadual Narciso Pieroni (Socorro/SP, 1959-1962), Maria Nilde Mascellani³ foi uma educadora atuante das CSE, que serviram modelo pedagógico para os vocacionais. Vale ressaltar que nas CSE de Socorro foram realizadas observações das práticas docentes em sala de aula pelos futuros professores dos vocacionais, logo em 1961, sob a coordenação de Olga Bechara⁴ e de Maria Nilde Mascellani. Uma vez estes profissionais formados seriam alguns selecionados para compor o corpo docente e o pessoal técnico do SEV. Ainda, Maria Nilde Mascellani participou da comissão de planejamento dos cursos vocacionais e empossada na função de

² As experiências funcionaram em São Paulo, Estado da Guanabara, Rio de Janeiro, Rio grande do Sul, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo e Paraná.

³ Educadora lecionou desde 1957 no Curso Normal com formação de professores primários em Socorro (SP), e sempre estava atualizada em renovação pedagógica. Em sua tese defendida em 2010, no Programa de pós-graduação da USP, narra que há muito tempo se interessava em renovação pedagógica, sendo ex-aluna de Florestan Fernandes.

⁴ Educadora atuou também no vocacional de Americana e da cidade de São Paulo, depois no próprio SEV.

coordenadora do órgão SEV, levou a experiência que teve em Socorro (MARQUEZ, 1985; CHIOZZINI, 2014; VIEIRA, 2014).

A cultura escolar dos vocacionais estava contida na clave do ensino secundário renovado, que consistia em pesquisas e estudo dirigido, supervisionado ou livre sobre as dimensões geográficas e históricas do meio social, sempre usando grupos de trabalho e a saídas extramuros (estudo do meio) com alunos e alunas para locais previamente definidos pela equipe. Além da ampliação das funções da orientação educacional e do ensino integrado via área-núcleo dos Estudos Sociais, usando do conceito de unidades didáticas ou pedagógicas, aplicaram diferentes formas de avaliar e conselhos de classes. Com destaque, esta cultura escolar renovada ganhou visibilidade no uso da prática do estudo do meio, relacionados com temáticas levantadas em conjunto com os estudantes e educadores (via aula-plataforma) e sistematizada em classe.

Os modelos educacionais em circulação dos anos de 1960 e apropriados pelos vocacionais podem ser vistos na pesquisa de Sandra Marques (1985) quando elaborou uma lista de conceitos: de Paulo Freire (consciência, libertação, engajamento, comunicação, mundo natural e cultural), de Jean Piaget (operação, assimilação, construção contínua e progressiva), e, por fim de Carl Rogers (não-diretividade). Ângela Rabelo M. B Taberlini (1998) cita outros autores lidos pelos idealizadores do vocacional, tais como: Teilhard de Chardin, Gabriel Marcel, Emmanuel Mounier, Marx e Sartre, que além do existencialismo cristão de Emmanuel Mounier, e informa que os princípios teóricos e metodológicos básicos do vocacional, tiveram apropriação da experiência francesa: *classes nouvelles*, do *Centre International d'Études Pédagogiques* (CIEP, criado em Sèvres, em 1945). No Brasil alguns educadores⁵ ao retornarem de seus estágios usaram como referência às *classes nouvelles*. A proposta educativa dos vocacionais ganhou corpo no uso da teoria da psicologia de Jean Piaget, de John Dewey, e com as ideias escolanovistas que estiveram presentes na cultura escolar dos vocacionais, aliada à proposta dos Estudos Sociais. Assim, tais modelos foram

⁵ Os ensaios renovadores do secundário, promovidos por Luís Contier modificaram secundário durante os anos de 1950. Implantou classes no Instituto Alberto Conte (SP), quando operou práticas didáticas escolanovistas, tais como: trabalhos de pesquisa em grupo e individuais, estudo do meio, atividades em equipes, conselho de classe, integração de disciplinas-saber e a redução de alunos por classe. Nesta época, Contier realizou a assistência de serviço de coordenação das classes experimentais de São Paulo, órgão ligado ao Departamento de Ensino Secundário (VIEIRA, 2015).

operados por estes educadores, com destaque para a ligação entre sujeito e os problemas do seu ambiente (OLIVEIRA, 1986; CHIOZZINI, 2014).

Diante da cultura escolar dos vocacionais, busco compreender as prescrições de uma experiência de renovação pedagógica considerada exitosa ligada à área de Estudos Sociais. Nos vocacionais esta área de conhecimento estabeleceu um sistema de relações entre as demais áreas, para tanto, analiso algumas prescrições destinadas à integração das disciplinas-saber da História e Geografia, sob a nomeação da área Estudos Sociais. Uso as seguintes fontes: *relato de Estudos Sociais, regimento interno de funcionamento dos ginásios e no Plano Pedagógico e Administrativo*. Como forma de organização do texto, primeiro, abordo as prescrições curriculares da área de Estudos Sociais na cultura escolar vocacional, para depois focalizar nos saberes prescritos das disciplinas da História e Geografia a serem assimilados no âmbito da cultura escolar dos vocacionais.

ESTUDOS SOCIAIS NO CURRÍCULO VOCACIONAL

As ideias escolanovistas estiveram presentes na cultura escolar dos vocacionais, aliada à proposta dos Estudos Sociais. De outra parte, a proposta de Ciências Sociais já estava presente no Brasil na década de 1920, sendo desenvolvida até a década de 1960. Ainda, a consolidação desta proposta transitou por dois momentos históricos diferentes no Brasil, uma em 1930 e outra em 1960. Como Ciências Sociais ganhou corpo diante da publicação realizada por Delgado de Carvalho, que organizou o primeiro *Programa de Ciências Sociais*, em 1934, publicado pelo Instituto de Pesquisas Educacionais, momento em que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) divulgou seu ideário na recente publicação do programa relativo ao campo das Ciências Sociais. Esta proposta ganhou uma versão escolar denominada de Estudos Sociais.

Elza Nadai, ex-professora dos vocacionais esclarece a preocupação dos Estudos Sociais como campo de crítica social durante os anos de liberdade política, entre 1950 e 1960, sendo campo aliado ao pensamento progressista e incorporando prática renovadora no ensino secundário (NADAI, 1988). Todavia, o contexto político que vinha se modificando antes do golpe militar de 1964, foi alterado, sobretudo, após o golpe quando foram realizadas reformas no sistema educacional incluindo todos os graus, e por fim a criação de uma licenciatura curta para Estudos Sociais. Nos anos de 1970, este campo foi marcado pela política

antidemocrática, e do viés autoritário. Esta ambiguidade da trajetória do campo dos Estudos Sociais durante os anos de 1960, ora ligado à renovação pedagógica, ora ligada a autoritarismo educacional, marcou os debates sobre a área de Estudos Sociais relação à contextualização em que se situava nestes anos.

Estudos Sociais foram prescritos no currículo do vocacional como disciplina-saber obrigatória de cultura geral, e contava com a sugestão de englobar os saberes das disciplinas como: geografia geral e do Brasil, história geral e do Brasil. No artigo 280 do Decreto n° 38.643 de 27 de junho de 1961, descrevia o currículo da iniciação vocacional da seguinte forma curricular.

[...] O currículo do Curso de Iniciação Vocacional será constituído de forma seguinte:

1. Disciplinas de Cultura Geral, obrigatórias, a saber:

- a. Português
- b. Matemática
- c. Estudos Sociais
- d. Ciências
- e. Inglês

1. Práticas educativas, obrigatórias, nas duas séries, a saber:

- a. Educação física
- b. Educação musical
- c. Educação familiar, Social e Cívica.

2. Matérias de iniciação técnica, distribuídas pelas duas séries, a saber:

- a. Artes Industriais, compreendendo trabalhos simples em madeira, metal, eletricidade, cerâmica e outras atividades próprias do meio social.
- b. Práticas Comerciais, compreendendo trabalhos de compra e venda, mecanografia, banco escolar, administração, cooperativas e atividades similares.
- c. Práticas Agrícolas, compreendendo atividades adequadas às condições e interesses do meio.
- d. Artes Plásticas, compreendendo iniciação em atividades artísticas relacionadas com Desenho Pintura e Modelagem.
- e. Economia Doméstica, abrangendo conhecimentos de alimentação, vestuário, habitação, higiene, puericultura, enfermagem do lar e formação familiar.

§ 1º - Os Estudos Sociais incluirão Geografia Geral e do Brasil e História Geral e do Brasil, dispostas em programas que salientem ao nível do educando, os problemas e as necessidades sociais e econômicas do país.

[...] (SÃO PAULO, 1961. fl. 2 e 3).

Neste currículo escolar dos vocacionais os cursos poderiam funcionar em duas etapas: a primeira de iniciação vocacional corresponde as duas primeiras séries do ginásial (1º e 2º séries); a segunda etapa, o básico vocacional ou ginásio vocacional, correspondendo aos

quatro anos do primeiro ciclo do ensino secundário vigente à época no ginásial (1º até 4º séries). Os ginásios vocacionais funcionaram como curso ginásial completo da 1º até 4º séries, e foram concebidos com um tipo de dispositivo curricular elaborado visando aos resultados das pesquisas prévias das comunidades aonde se instalaram (OLIVEIRA, 1986). Como conteúdos de Estudos Sociais os saberes geográficos e históricos foram postos pela prescrição também do artigo 284 do mesmo Decreto, e, se repetindo o mesmo currículo supracitado da iniciação vocacional para o ginásio vocacional, somente, com o acréscimo de escolha para o aluno a partir da 3º série das línguas: francês ou latim, além do inglês; e uma escolha da modalidade de iniciação técnica, através do rodízio entre estas matérias, a partir das 3º e 4º séries.

Inicialmente os Estudos Sociais tinha em suas prescrições o perfil de disciplina-saber gradativamente em fases posteriores da experiência foram sendo colocadas prescrições aos Estudos Sociais como área integradora dos conteúdos ou matérias histórica e geográfica, em seguida das disciplinas-saber de história e geografia em conjunto inserindo-se como responsável por levantar temas centrais para orquestrar todas as demais disciplinas curriculares, inclusive as disciplinas compostas do currículo, como educação física. As disciplinas escolares obedecem a uma ordem do ambiente escolar, no qual se fazem escolhas únicas e singulares, estas envolvem professores, coordenação, secretaria da educação, alunos, entre outros, contando com a reflexão de André Chervel (1990). Na produção de uma cultura escolar dos vocacionais se exigiu conhecimentos geográficos e históricos com recorte de tema, objetos e sujeitos para que se atenta às demandas propostas pelo projeto do vocacional situado como parte do sistema de ensino renovado (BALZAN, 1966).

Assim, a atribuição de integração curricular sob a batuta da área de Estudos Sociais estava operando na relação com as outras disciplinas-saber, bem como de disciplinas-corpo prescritas para os vocacionais, tais como: português, matemática, ciências, inglês/francês/latim, desenho, práticas comerciais, práticas agrícolas, economia doméstica, artes plásticas, artes industriais, educação musical, educação física e familiar/social e cívica. Via as aulas-plataformas ocorridas nos diferentes vocacionais estariam dialogando com os diferentes aspectos dos saberes docentes inseridos no mundo contemporâneo.

Depois de quatro anos sendo formada a primeira turma de alunos vocacionais, o supervisor da área de Estudos Sociais, Newton Cezar Balzan (1966) enuncia que é cedo para

definirmos o que é Estudos Sociais, bem como fechar o seu campo ao enunciar que acreditava “que se assim fizéssemos estaríamos impedindo o desenvolvimento de um grande número de experiências que poderão enriquecer a área, dando-lhe vida e dinamismo” (BALZAN, 1966, p. 2). O termo *área* começa a constar nos documentos da experiência, com maior ênfase após este relato datado em 1966, colocando os Estudos Sociais como área integradora dinâmica, e capaz de atender a centralidade e significância para se relacionar com os saberes curriculares no decorrer das práticas docentes e discentes dos vocacionais. Esta noção de áreas no plano prescritivo faria funcionar o entrelaçamento entre umas com as outras, tanto ao nível dos conteúdos, técnicas pedagógicas e dos objetivos (OLIVEIRA, 1986).

Na cultura escolar vocacional para os Estudos Sociais tornarem-se área e não mais como disciplina-saber obrigatória e isolada em relação a outras do currículo, a dimensão de área para o campo dos Estudos Sociais foi defendida pelo supervisor desta na escrita do *relato de Estudos Sociais* em 1966. Como visto o perfil docente vocacional foi ser alvo de prescrições desta cultura escolar, pois segundo Newton Cesar Balzan, “[...] os professores de Estudos Sociais atuam sempre em duplas, das quais um elemento é formado em Geografia e outro em História, por Faculdades de Filosofia” (SEV, 1967b, fls.2). Desta perspectiva há dúvidas em torno dos limites de campos entre Geografia Humana e Sociologia, todavia, o professor Newton Cesar Balzan resolve colocando-os como superadas, ao citar: “nutre-a e ao mesmo tempo nutre-se dela, estimula a pesquisa, correlacionam resultados, exigindo a vida nas partes e retornando, de um estudo destas para uma compreensão mais ampla do conjunto (C.T. Hobhouse, *The Sociological Review*, I, 8)” (BALZAN, 1966, p. 2). Diante disso, o professor listou as prescrições dos objetivos dos ginásios vocacionais enfocando o desenvolvimento social do educando, dando o sentido maior para uma nascente área que estaria no conjunto do projeto renovador do secundário ao promover a construção dos jovens na perspectiva vocacional.

Promover a integração social do jovem no meio em que vive;

[...]

Surgem, então, duas questões:

- que outras áreas poderiam atuar mais frequentemente e com tantas possibilidades, senão História e Geografia, no atendimento aos objetivos propostos, mesmo considerando-se que todas as áreas do currículo estão voltadas para este fim?

[...] Na realidade, há objetivos que podem ser trabalhados mais por Geografia e outros mais por História; há objetivos que podem ser trabalhados tanto por uma, como por outra dessas áreas. Mas, há uma série

deles, a maioria talvez, que devem ser trabalhados em conjunto pelas duas áreas, pois, situam-se naquela zona intermediária, campo comum a ambas as ciências; aqui, um isolamento entre Geografia e História seria perda de tempo e de oportunidades (BALZAN, 1966, p. 1 e 2).

Em conjunto com este relato o *Regimento Interno* de funcionamento dos ginásios vocacionais (COORDENADORIA DO SEV, Regimento, 1966), sistematiza uma definição da área de Estudos Sociais. Por ser um documento emitido pela coordenação pedagógica do SEV em 1966 esta fonte permitem verificar como a área foi sendo construída, se inicialmente, trouxe os conteúdos específicos das matérias de geografia e da história, tanto geral quanto do Brasil, após cinco anos da experiência, os sentidos sociológicos e antropológicos são incluídos ao conceito de cultura como foco da área de estudos Sociais. Ainda, ocorreu acréscimo para área de Estudos Sociais o discurso prescritivo se relacionando com a noção nova de currículo, o *core curriculum* entendido como tema central. Na cultura escolar vocacional as prescrições sobre a área de Estudos Sociais tomou a proporção de núcleo do processo educativo e foi definida como uma zona intermediária entre as disciplinas-saber de geografia e história, mas a finalidade do ensino que era tocar nos problemas ligados ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Art. 123 – A área de Estudos Sociais terá a finalidade de dar ao conceito de cultura no sentido sociológico e antropológico, em conteúdos da Geografia e da História, tanto Geral como do Brasil.

§ único – Na elaboração desses conteúdos, será levado em consideração o tema central ou “core curriculum”, ressaltando, porém, os problemas ligados ao desenvolvimento econômico e social do Brasil (COORDENADORIA DO SEV, Regimento, 1966, p. 44).

A área de Estudos Sociais, segundo Maria Nilde Mascellani (2010, p. 106) estaria no centro do denominado *core-curriculum* e este funcionaria como uma ideia potente em mobilizar outros saberes, dialogando com outros conceitos das diferentes áreas do currículo. Portanto, as outras disciplinas do currículo se relacionariam com a área de Estudos Sociais através do tema único e central lançado em conjunto com os alunos e alunas e docentes, que “era formulado como uma questão ou pergunta, ou ainda como um problema – se situava na área de Estudos Sociais, como a qual se integravam outras áreas” (MASCCELLANI, 2010, p. 106). A educadora reforçava e esclarecia que os níveis de integração ocorreriam no percurso do processo de ensino aprendizagem “pela via da intersecção, para um núcleo comum –

representado, no caso dos vocacionais, pela área de Estudos Sociais” (MASCELLANI, 2010, p. 106). Daniel Chiozzini (2014) esclarece este ponto da cultura escolar de integração de conteúdos e objetivos, antes estavam em caixas separadas na superfície do currículo, então, pode promover uma mudança do tipo de conteúdo a ser abordado. Os fenômenos sociais ou necessidades dos alunos tomariam corpo como conteúdos do currículo, e não o conhecimento específico da tradição das disciplinas. O *core curriculum* pressupunha ainda participação ativa do aluno no planejamento, e realização de atividades, que deveriam ser variada para seduzir e potencializar a integração com outras áreas e os vários aspectos de seu desenvolvimento na cultura escolar (CHIOZZINI, 2014). Situo o movimento de integração e os sentidos destes, com apoio de Jurjo Torres Santomé (1998), pois existem diferenças entre este e o de interdisciplinariedade, pois considero a cultura escolar apropriada dos vocacionais na ordem da integração, visto através da leitura das fontes percebe-se mais adequados para o vocabulário “integração”, como a própria palavra o sugerindo uma “unidade das partes, que seriam transformadas de alguma maneira. Uma simples soma ou agrupamento de objetos distintos ou de partes diferentes não criaria necessariamente um todo integrado” (SANTOMÉ, 1998, p. 112).

Newton Cesar Balzan (1966, p. 4) assume a interdependência entre história, geografia e a sociologia tendo objetivos em comuns a serem alcançados como forma de combater “nos processos de industrialização e urbanização, na burocracia, na especialização, e, portanto, na crescente compartimentalização, suas características mais notáveis.” O tempo presente em que foram lançados os desafios para os anos de 1960 para a cultura escolar dos vocacionais foi explicitado na justificativa dada pelo supervisor da área, quando se coloca para esta área de Estudos Sociais a responsabilidade do núcleo do processo educativo vocacional.

Neste contexto, Estudos Sociais impõem-se pela atualidade, pela necessidade com que nos defrontamos em assegurar ao educando uma visão global acerca do mundo em que vive. [...] O fato, sem dúvida algumas, é válido também para o Brasil, onde anualmente grande parte da população é arrancada do meio rural através da industrialização, fazendo surgir problemas novos, frequentemente graves: massas inteiras que podem ser colocadas a serviço de minorias e de demagogos, originando riscos que passam a envolver a própria democracia; pressão massificadora da sociedade que aumenta (BALZAN, 1966, p. 4).

A necessidade da visão do conjunto sobre os problemas brasileiros imediatos do seu tempo presente marcaram a noção de aula-plataforma como levantamento de atualidades, justificando a ideia de núcleo atribuída à área de Estudos Sociais, somada metodologia de se perseguir os temas que possam ser abordados integralmente pelo conjunto das áreas constantes do currículo dos vocacionais. Esse tipo de cultura escolar moldaria o conjunto de capacidades dos educandos a serem desenvolvidas durante os anos nestes ginásios. A prescrição da noção de integração dos conteúdos extraídos das disciplinas-saber de geografia e história e dispostos em posição de ensino-aprendizagem fizeram movimentar tanto o perfil do corpo docente e discente dos vocacionais, quanto novas formas de tratamento dos conteúdos geográficos e históricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição da área de Estudos Sociais foi acrescida do uso da concepção de educação integral para os jovens dos vocacionais. Esta noção aderiu como central para a emergente área, pois desta eram atribuídas prescrições como ponto de início e fim do processo de ensino-aprendizagem. Os temas deveriam ser levantados pela área de Estudos Sociais alinhadas ao sentido de ir além das disciplinas-saber de história e geografia, de forma isolada. Reforçando o motivo da força e potência da área de Estudos Sociais conceituada, a partir de objetivos em comuns aos vocacionais. As prescrições do projeto de educação integral para os fazeres docentes e discentes seguiram da complexidade dada ao sentido de formação da personalidade integral do jovem. Neste sentido foi atribuída a área de Estudos Sociais o núcleo do sistema de ensino renovado voltado aos aspectos sociais do educando. Nota-se nos objetivos a procura de uma produção de sujeitos educandos ligados diretamente com as suas comunidades, onde prescreveria o encaminhamento de uma intervenção ou enquadramento responsável nesta mesma comunidade.

No campo do prescrito dos objetivos ao colocarem os jovens em contato com o mundo que o cerca através da área de Estudos Sociais estariam dialogando com os modelos advindos da Escola Nova, especificamente, com as ideias de John Dewey (1859-1952), por marcarem o pensamento educacional brasileiro e vocacional no sentido de que o ensino deveria ser integrado à realidade do seu estudante. Todavia, vale esclarecer que na perceptiva da apropriação e da circulação de modelos educacionais do imediato pós-segunda guerra

mundial e de outros que circularam nos anos de 1960, a base filosófica da pedagogia e a fundamentação da proposta curricular do ensino vocacionais se tornou múltipla. Da apropriação de Paulo Freire até o existencialismo cristão de Emmanuel Mounier, por Maria Nilde Mascellani e outros idealizadores dos vocacionais, somadas as amplas matrizes pedagógicas disponíveis aos educadores dos vocacionais dos anos de 1950 e 1960, sugere uma perspectiva pedagógica de fôlego através de uma apropriação múltipla.

A partir do protagonismo dos jovens, que o ensino vocacional se organizou, para tanto usou das ferramentas do campo da renovação pedagógica para modificar tanto metodologias, quanto concepções de ensino, e assim forjar uma cultura escolar prescrita de integração das disciplinas-saber de história e geografia destinadas aos secundaristas sugerindo uma experiência positiva para a área de Estudos Sociais.

REFERÊNCIAS

- BALZAN, Newton César. **Relato de Estudos Sociais**. 1966. 391 p. São Paulo. Arquivo Maria Nilde Mascellani: centro de Memória da faculdade de educação da Universidade de São Paulo.
- BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa [Portugal]: DIFEL, 1988. (Coleção Memória e Sociedade).
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2, p. 177-229, 1990.
- CHIOZZINI, Daniel Ferraz. **Memória e História da Inovação Educacional no Brasil: o caso dos ginásios Vocacionais (1961/1970)**. Curitiba: Appris, 2014.
- COORDENADORIA DO SEV. **Regimento Interno dos Ginásios Vocacionais**, Serviço do Ensino Vocacional. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. 1966. Acervo: Ângela Rabelo Maciel de Barros Tamberlini. Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- DALLABRIDA, Norberto; VIEIRA, Letícia. Classes experimentais no Ensino Secundário: o pioneirismo de Luis Contier (1951-1961). **Cadernos de História da Educação**, v. 15, n. 2, p. 492-519, maio-ago., 2016.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

MASCELLANI, Maria Nilde. **Uma Pedagogia para o Trabalhador:** o Ensino Vocacional com Base para uma Proposta Pedagógica de Capacitação Profissional de Desempregados. (Tese de Doutorado, USP) 1999. SP: IIEP, CMFEUSP e GVive, 2010.

MARQUES, Sandra Machado Lunardi. **Contribuição ao estudo dos Ginásios Vocacionais do Estado de São Paulo:** o Ginásio Vocacional “Chanceler Raul Fernandes” de Rio Claro. 1985. 407 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

NADAI, Elza. Estudos Sociais no primeiro grau. **Em Aberto**, Brasília, ano 7, n. 37, jan/mar., 1988.

OLIVEIRA, Mariangela de Paiva. A memória do ensino vocacional: contribuição informacional de um núcleo de documentos. 1986. 215 f. **Dissertação (Mestrado em História)**. Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1986.

SÃO PAULO. Decreto n° 38.643, de 27 de junho de 1961. **Diário Oficial do Executivo Governo do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 27 de junho, 1961, n° 144.

SÃO PAULO. Lei n° 6.052 de 03 de fevereiro de 1961. **Diário Oficial do Executivo Governo do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 04 de fevereiro, 1961, n° 28.

SANTOMÉ, Jurjo Torres Santomé. **Globalização e interdisciplinaridade:** o currículo integrado. Porto Alegre: Editora Artes Médicas sul, 1998.

SERVIÇO DO ENSINO VOCACIONAL. **Estudos Sociais - 1967.** (datilografado). [dispõe sobre relatório da área de Estudos Sociais, redigido por Newton Cesar Balzan] São Paulo, 1967b. 2 p. São Paulo. Acervo pessoal: Daniel Chiozzini, São Paulo, 1967.

TAMBERLINI, Ângela Rabello Maciel de Barros. Os Ginásios Vocacionais: a dimensão política de um projeto pedagógico transformador. 1998. 181 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** Universidade do Estado de São Paulo. São Paulo. 1998.

VIEIRA, Letícia. Um núcleo pioneiro na renovação da educação secundária brasileira: as primeiras classes experimentais do estado de São Paulo (1951-1961). 200 p. **Dissertação (Mestrado em Educação)**. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Educação. Florianópolis, 2015.